

RELATÓRIO MÊS DE JUNHO DE 2021 DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**ATIVIDADE 1: AUDITORIA**

Objeto	Fase	Procedimentos	Relevância para o Servidor/Município/Cidadão/Chefe do Poder Executivo
Auditoria da Vacinação da Covid-19	Encerramento: Elaboração de Relatório de Auditoria	<ul style="list-style-type: none">• A Secretaria de Saúde enviou as manifestações acerca dos achados do relatório preliminar.• A CGM encaminhou o relatório conclusivo para SEMUS.	Evitar possíveis irregularidades na campanha de vacinação.
Gestão e Operacionalização da Merenda Escolar - Período: 2017 a 2020	Execução: Desenvolvimento de conclusão e propostas de encaminhamento	Relatório Preliminar encaminhado para Secretaria de Educação	Garantir uma gestão eficiente na execução do programa nacional de alimentação escolar.
Plano Anual de Auditoria 2021	Planejamento: Solicitação de Abertura	Alteração do Plano Anual de auditoria, por meio do decreto 30.698/2021	Transparência e Planejamento para ações de auditorias que serão feitas pela CGM
Instrução Normativa - SCI nº 01/2021 Procedimento de elaboração de Instrução Normativa	Publicação	Encaminhou minuta de decreto a respeito da Instrução Normativa - SCI nº 01/2021 Procedimento de elaboração de Instrução Normativa	Garantir a padronização da elaboração das Instruções Normativas.

ATIVIDADE 2: ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO

Relatório	Unidade Gestora	Descrição	Relevância para o Servidor/Município/Cidadão/Chefe do Poder Executivo
Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo	1.1.3 - Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo	Foi verificado que o repasse dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, estão sendo transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Resguardar o cumprimento dos princípios da administração pública, a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos.
Relatório da Execução Orçamentária	1.4.14 - Transferência ao Poder Legislativo Municipal	Foi avaliado o repasse dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, estão sendo transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos., obedecendo assim os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CF/88	Resguardar o cumprimento dos princípios da administração pública, a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos.
Acompanhamento da Implementação do Sistema de Controle Interno	Análise da consistência dos dados inseridos no sistema de controle interno	Avaliação dos dados inseridos no sistema de controle interno que está sendo implantado pela empresa E&L visando garantir a fidedignidade das informações.	Resguardar o cumprimento dos princípios da administração pública, a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos.
Participação na Comissão de Tomada de Contas Especial	Instauração por meio da Portaria nº 449/2021, publicada no DOM no dia 10 de maio de 2021, Tomada de	Identificação dos responsáveis, sobre a totalidade dos encargos financeiros incidentes sobre o recolhimento em atraso das parcelas devidas referentes às contribuições previdenciárias ao Instituto de Previdência do Município	É dever da Administração Pública adotar as medidas cabíveis para apuração de fatos, com vistas ao ressarcimento ao erário quando caracterizado alguma prática

	<p>Contas Especial, designando a Comissão que ficará responsável pela apuração e quantificação do dano, bem como a identificação dos responsáveis, sobre a totalidade dos encargos financeiros incidentes sobre o recolhimento em atraso das parcelas devidas referentes às contribuições previdenciárias ao Instituto de Previdência do Município de Cachoeiro de Itapemirim - IPACI com o consequente ressarcimento aos cofres públicos, conforme avaliado na Prestação de Contas Anual do exercício de 2016.</p>	<p>de Cachoeiro de Itapemirim - IPACI</p>	<p>ilegal/irregular; Resguardar o cumprimento dos princípios da administração pública, a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos.</p>
<p>Revisão e reestruturação do roteiro para análise e emissão do parecer do controle interno sobre</p>	<p>Pontos de controle da IN 68 de 08/12/2020 - Tabela Referencial I</p>	<p>Revisão e reestruturação do roteiro para análise e emissão do parecer do controle interno sobre as contas dos Ordenadores de Despesas, e demais responsáveis, visando o aperfeiçoamento do cumprimento de suas obrigações legais, indo de encontro da atendimento aos</p>	<p>Resguardar o cumprimento dos princípios da administração pública, a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos.</p>

as contas dos Ordenadores de Despesas, e demais responsáveis.		princípios da legalidade e eficiência, seguindo os critérios para a composição, organização e apresentação da prestação de contas anual, prestação de contas mensal, remessas de dados, informações e demonstrativos sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial, gestão fiscal e previdenciária, conforme IN 68, de 08 de dezembro de 2020 do TCEES.	
---	--	--	--

ATIVIDADE 3: Monitoramento do Portal da Transparência

Ação	Órgão/Secretaria/Setor Envolvido:	Relevância para o Servidor/Município/Cidadão/Chefe do Poder Executivo
Monitoramento de pendências/inconsistências no Portal da Transparência referente ao mês de Junho	Secretarias gestoras das informações constantes no Portal da Transparência.	Promover a conformidade do Portal da Transparência de forma a proporcionar maior transparência das ações implantadas e/ou realizadas pela Administração Municipal, aumentando assim, o impacto da transparência na vida do cidadão.
Envio de memorando à Semus - Secretaria SEMUS - Secretaria Municipal de Saúde Municipal de Saúde, com solicitação de justificativa pela	SEMUS	Promover a conformidade do Portal da Transparência de forma a proporcionar maior transparência das ações implantadas e/ou realizadas pela Administração Municipal, aumentando assim, o impacto da transparência na vida do cidadão.

ausência de resposta ao questionamento quanto à não atualização de informações no portal em tempo devido.		
Reunião com a Gerência do Portal de Transparência (SEMFA) para resolução de pendências/alinhamen to no Portal de Transparência	SEMFA	Promover a conformidade do Portal da Transparência de forma a proporcionar maior transparência das ações implantadas e/ou realizadas pela Administração Municipal, aumentando assim, o impacto da transparência na vida do cidadão.
Envio de resposta (ofício) ao Ministério Público do ES acerca de ausência e/ou divergência de informações no Portal de Transparência	Ministério Público do ES	Promover a conformidade do Portal da Transparência de forma a proporcionar maior transparência das ações implantadas e/ou realizadas pela Administração Municipal, aumentando assim, o impacto da transparência na vida do cidadão.

ATIVIDADE 4: Acompanhamento dos Pedido de Informação com Base na Lei Federal de Acesso à Informação 12.527/2011

Quantidade de pedidos de informação acolhidos em março	Secretarias/Setores responsáveis por responder aos pedidos de informação em andamento	Detalhamento	Relevância para o Servidor/Município/Cidadão/Chefe do Poder Executivo
11	- SEMAD - SEMESP - SEMFA - SEMMAT - SEMO - SEMURB - SEMUS	Total de 11 chamados abertos durante o mês de junho. 3 encontram-se em andamento aguardando retorno das Secretarias: SEMAD, SEMUS, SEMURB, SEMMAT e SEMO. Ressaltamos que todos foram abertos na última semana e encontram-se dentro do prazo de retorno ao cidadão.	O engajamento do cidadão com os registros de Pedidos de Acesso à Informação (LAI), o município é beneficiado com a melhora nos quantitativos de dados abertos.

ATIVIDADE 5: CURSOS E CAPACITAÇÕES

Quantidade de Servidores Participaram	Tipo de curso	Tema do Curso	Relevância para o Servidor/Município/Cidadão/Chefe do Poder Executivo
1	Online	Técnicas de Auditoria Interna Governamental	O presente curso foi de suma relevância para a ampliação de meus conhecimentos técnicos em auditoria interna, bem como para o aprimoramento dos trabalhos de auditoria interna que realizo dentro da Controladoria Geral do Município de Cachoeiro de Itapemirim, apresentado-se, deste modo, como um importante instrumento de capacitação para a

			realização das auditorias internas.
1	Online	CONTROLES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	O Curso "Controles na Administração Pública" realizado pelo ENAP é de suma importância para a ampliação dos conhecimentos acerca da abrangência e relevância do Controle Interno na Administração Pública em todos as esferas de governança. A partir da realização do curso em questão, torna-se mais clara a forma de atuação dos controles internos em diversos órgãos da federação, assim como expõe os aspectos mais relevantes quanto à aplicabilidade do Controle Interno.
1	Online	INSTRUMENTO DE AUDITORIA: PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DOS TRABALHOS INDIVIDUAIS	Fomentar a padronização e a utilização de técnicas e conceitos internacionais para a realização das auditorias governamentais e compartilhar a metodologia utilizada pela CGU.L
ATIVIDADE 6: Monitoramento e Recomendações			
Secretaria/Setor/Orgão Monitorado		Assunto	Resumo

SEMFA	Encaminhamento de Ofício de Requisição 2010/2021-1 (Processo TC 2.112/2021) que trata a respeito do levantamento de despesas relacionadas ao enfrentamento da calamidade pública nacional da Covid-19 – exercício de 2020	O Ofício trata a respeito do levantamento de despesas relacionadas ao enfrentamento da calamidade pública nacional da Covid-19 – exercício de 2020 e as informações devem ser fornecidas por meio do sistema CidadESContas, no ambiente de Prestação de Contas Mensais até o dia 15 de junho de 2021.
SEMGOV	Encaminhamento de cópia da Decisão SEGEX 00185/2021 (Processo TC 04737/2020-1) que trata a respeito da Prestação de Contas Anual do IPACI, referente ao exercício de 2019	A decisão SEGEX 00185/2021, referente ao proc. TC nº 04737/2020-1 determinou a citação da Diretora do IPACI e do Chefe do Executivo, para apresentarem justificativa acerca da Prestação de Contas Anual do exercício de 2019.
SEME	Encaminhamento de minuta de Decreto a respeito da instituição e aprovação da Instrução Normativa - SCI nº 01/2021 - Procedimento de elaboração de Instrução Normativa	Minuta de Decreto que aprova a Instrução Normativa SCI nº 01/2021 – Procedimento de Produção de Instruções Normativas, de responsabilidade da Controladoria Geral para apuração e posterior publicação do DOM.
SEMFA	Encaminhamento de cópia do Ofício Circular 02425/2021-9 noticiando Consulta Pública para Revisão da TC nº 238/2021 (Institui novos mecanismos adequados à fiscalização quanto ao pleno cumprimento	Ofício do TCE do ES, informando a disponibilização para consulta pública do texto de minuta da Instrução Normativa que revogará a Resolução 238/2012 que contém

	do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e art. 60 do seu ADCT, bem como nos artigos 26, inciso II, e 27 da Lei Federal nº 11.494/07)	os critérios para a apuração da aplicação mínima da receita resultante de impostos, compreendida como a proveniente de transferências, com manutenção e desenvolvimento do ensino, visando a verificação do cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal.
SEMUS	Encaminhamento de cópia do Ofício Circular 02425/2021-9 noticiando Consulta Pública para Revisão da TC nº 238/2021 (Institui novos mecanismos adequados à fiscalização quanto ao pleno cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e art. 60 do seu ADCT, bem como nos artigos 26, inciso II, e 27 da Lei Federal nº 11.494/07)	Ofício do TCE do ES, informando a disponibilização para consulta pública do texto de minuta da Instrução Normativa que revogará a Resolução 238/2012 que contém os critérios para a apuração da aplicação mínima da receita resultante de impostos, compreendida como a proveniente de transferências, com manutenção e desenvolvimento do ensino, visando a verificação do cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal.
SEMGOV	Encaminhamento da Nota de Auditoria - NA nº 10 - A (Complementar) - Encaminhada pela Secretaria de Controle e Transparência - SECONT	"A Secretaria de Estado de Controle e Transparência – SECONT realizou análise da base de dados do público imunizado no período de 18/01/2021 a 12/05/2021, e da análise verificou algumas inconsistências que representam indícios de

		fragilidade nos controles instituídos. "
SEMGOV	Encaminhamento de minuta de decreto - modificação do PAAI 2021	Minuta de decreto para aprovação e publicação
MPES	Encaminhamento de Decisão TC 01825/2021-8 - Plenário referente ao Processo TC 00414/2021-2 - Fiscalização/Acompanhamento das ações dos gestores quanto ao exercício do poder de polícia para evitar a propagação do vírus causador da Covid-19	Decisão TC 01825/2021-8 - Plenário (Processo TC 00414/2021-2) que trata de Fiscalização/Acompanhamento das ações dos gestores quanto ao exercício do poder de polícia para evitar a propagação do vírus causador da Covid19.
SEME	RESPOSTA AO OFÍCIO/4ª PJCCI/Nº 131/2021 Referência: Procedimento Preparatório n.º 2020.0008.0410-14	Ofício enviado pelo MPES a respeito de inconsistências no Portal da Transparência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A Ouvidoria Geral não foi contemplada neste relatório, mas encaminhará relatório próprio.

Os dados apresentados neste relatório foram consolidados em 02 de julho de 2021.

Relatório desenvolvido por Geovane Vicente Junior e Revisado por Kédyma Marques.